

## **POLÍTICAS LINGUÍSTICAS, IDIOMAS SEM FRONTEIRAS E INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**

Elaine Maria Santos  
Rodrigo Belfort Gomes  
Camila Höfling

A Rede Andifes Idiomas sem Fronteiras é um programa ligado à ANDIFES, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento linguístico da comunidade acadêmica das IES credenciadas, fomentar ações voltadas para a formação inicial e continuada de professores e apoiar as ações de internacionalização das universidades. A Rede IsF foi iniciada em 2012, ligada ao Ministério de Educação, com o nome de Programa Inglês sem Fronteiras. Em 2014, o programa foi ampliado para Idiomas sem Fronteiras, abarcando, além da língua inglesa, os seguintes idiomas: alemão, espanhol, francês, italiano, japonês e português para estrangeiros.

A partir de 2017, o Programa IsF iniciou um movimento nacional com o objetivo de incentivar o planejamento e publicação de Políticas Linguísticas (PL) nas IES credenciadas, o que fez com que tivéssemos, em todo o território brasileiro, um grande número de PL publicadas, bem como discussões acadêmicas relacionando ensino de línguas, internacionalização e políticas linguísticas. Diante do exposto, o presente dossiê foi planejado, com o objetivo de contribuir com o compartilhamento de resultados de pesquisas relacionando todas essas variáveis.

O texto de abertura, “Políticas linguísticas no Brasil: uma revisão sistemática”, assinado por Ane Caroline Lora, Stefani Pacheco Skodowski e Taisa Pinetti Passoni, traz uma revisão sobre pesquisas relacionadas a Políticas Linguísticas no contexto nacional, que foram publicadas entre o período de 2019 a 2023, relacionando os principais temas tratados, bem como suas implicações políticas, educacionais e sociais.

No artigo seguinte “Uma percepção crítica sobre a internacionalização da educação superior como missão universitária: os cursos de letras línguas estrangeiras no Brasil em foco”, Lucas Araujo Chagas propõe uma leitura crítica sobre a Internacionalização da Educação Superior, associando-a a uma verdadeira missão universitária. Para tanto, o autor destaca o foco que deve ser dado na prática formativa dos Cursos de Letras Línguas Estrangeiras no Brasil, de modo a contribuir para a reinvenção dos currí-

culos de formação superior, a partir do empoderamento político dos discentes e docentes formadores.

Em “Políticas linguísticas de internacionalização e o papel das Universidades: algumas considerações sobre o contexto brasileiro à luz do Direito Linguístico”, Marcos Paulo Santa Rosa Matos e Maria Leonia Garcia Costa Carvalho abordam as interseções entre processos de internacionalização, políticas linguísticas e intervenções universitárias, considerando o papel central desempenhado pelos Estados nacionais nas relações transfronteiriças, bem como das Universidades como agentes político-linguísticos de internacionalização.

Ana Paula Berri Kuroski e Cyntia Bailer, no artigo “Práticas de leitura na constituição de professores em formação: um estudo sobre o idiomas sem fronteiras”, analisam em que medida leituras em momentos de formação reverberam na prática discursiva e docente nos cursos presenciais ministrados por professores em formação do Idiomas sem Fronteiras. A partir de dados coletados por questionário, observação e entrevista, as autoras destacam o IsF como locus privilegiado de formação docente.

O artigo “Termômetro da formação de professores no IsF durante a pandemia: desafios, diferenças e reinvenções”, de autoria de Sérgio Ifa, propõe uma reflexão sobre a análise das experiências vividas e compartilhadas por 15 professores em formação inicial (PFI) que participaram das ações da Rede Andifes Idiomas sem Fronteiras, em 2020, na Universidade Federal de Alagoas. No texto, são narradas as dificuldades causadas pela pandemia da Covid-19 e pelo dismantelo na Educação pública universitária. Constatou-se que a experiência vivida foi afetada positivamente pela formação de professores, promovendo enfrentamento ao diferente e ao novo, e realçando alegrias, medos e aprendizagens.

Logo a seguir, Rômulo Schwanz Diel, Luciane Botelho Martins e Tatiana Bolivar Lebedeff, no artigo “Mobilidade internacional para estudantes surdos: as lacunas das políticas linguísticas de universidades”, abordam o ingresso de estudantes surdos na universidade, relacionando-o com fragilidades encontradas nas/das políticas linguísticas da UFPEL e da FURG. Nesse sentido, é enfatizada a importância em se considerar a proficiência em LE e o aspecto comunicativo, negligenciado desde a educação básica.

Em “Internacionalização e inglês como meio de instrução: passado, presente e futuro na Região Norte do Brasil”, Tatiane Lopes Moreira, Rafael de Souza Timmermann, Marcos Gabriel Cardoso Silva e Murillo Gabriel Gomes Pires discorrem sobre a Internacionalização do ensino superior no Brasil e o uso de Inglês como Meio de Instrução (EMI), com foco na região Norte. A partir de pesquisa documental sobre práticas linguísticas e de Internacionalização, feita nos sites oficiais das universidades públicas da região Norte, as práticas e os estudos realizados nessa região brasileira foram mapeados.

No artigo “Internacionalização da universidade pública na Amazônia: reflexões sobre as experiências na pós-graduação da UFPA”, os autores Madson Jesus Farias Trindade, Cheliane Estumano Gaia e João Batista do Carmo Silva analisam a política de internacionalização da pós-graduação da UFPA no período de 2019 a 2022, demonstrando que o processo de internacionalização levou a IES a obter resultados significativos na pós-graduação, comprovados com o crescimento no índice de avaliação da CAPES de 2017 a 2020.

No artigo seguinte, intitulado “O estabelecimento da língua francesa no NucLi-IsF da Universidade Federal do Pará (UFPA): relatos de experiência”, Lígia M. P. de Pádua Xavier Rayane Albuquerque Siqueira e Sérgio Lucas da Silva Coelho propõem uma reflexão sobre os impactos da experiência docente, vivenciados a partir das experiências com o ensino da língua francesa no NucLi-IsF da UFPA, no primeiro semestre de 2023, ressaltando como os docentes extrapolam os protocolos pedagógicos da profissão, quando desafiados.

Lucas Natan Alves dos Santos e Elaine Maria Santos, no artigo “As línguas nas políticas linguísticas para a internacionalização em IES da região Nordeste”, apresentam o resultados de suas pesquisas, relacionadas ao estudo de políticas linguísticas do nordeste brasileiro, destacando, nas 16 PL analisadas, o papel do IsF e as línguas que são trabalhadas, com atenção especial sendo dada à inclusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Em “A gestão linguística no núcleo de línguas do Idiomas sem Fronteiras na UEFS: a língua espanhola em foco”, Alex Sandro Beckhauser e Iranildes Almeida de Oliveira discutem os efeitos da gestão linguística estabelecida no Núcleo de Línguas do Idiomas sem Fronteiras da Universidade Estadual de Feira de Santana, destacando o caráter integrado e colaborativo do sistema desenvolvido, bem como os seus dispositivos e agentes múltiplos, responsáveis pela construção de uma política linguística de abrangência local e nacional.

Em seguida, Andressa C Molinari e Mateus Novaes, no artigo “A tradução e a escrita acadêmica como ferramentas para Internacionalização: o caso da Universidade Federal Fluminense”, discorrem sobre a experiência do Centro de Tradução e Escrita da Universidade Federal Fluminense (Cite-UFF), de modo a analisar suas potenciais contribuições para a efetivação de uma internacionalização crítica na instituição. Assim, são investigados os meios pelos quais o Cite pode se inserir nas políticas de internacionalização da UFF, a partir do exame de documentos oficiais da universidade.

“Avanços e limitações nas políticas linguísticas educacionais de línguas adicionais para crianças: um estudo sobre o sudoeste paranaense e o oeste catarinense”, de autoria de Karin de Oliveira Lemos e Taísa Pinetti Passoni, convida o leitor a lançar um olhar sobre as representações acerca das Políticas Linguísticas Educacionais de Línguas Adicionais para Crianças em dois municípios do sudoeste paranaense e dois municípios do oeste catarinense. O texto nos leva a uma reflexão sobre a formação integral do indivíduo e a necessidade em se ter uma formação docente específica.

O artigo “Análise dos documentos oficiais das universidades estaduais paranaenses no contexto internacional”, escrito por Jéssica Tavares e Rosemary Irene Castañeda Zanette, analisa os arquivos norteadores da internacionalização das sete universidades estaduais paranaenses (Unioeste, UEL, UEM, UEPG, Unicentro, Unespar e UENP), com o objetivo de compreender as ações voltadas para a internacionalização nas referidas instituições.

Em “Centros de empregabilidade francófonos e serviço cívico na américa latina”, Josiane da Trindade Damasceno discorre sobre o tipo de internacionalização aplicada pelo Serviço Cívico, analisando os benefícios e os desafios desse modelo de internacionalização, e apresentando as atividades desenvolvidas nos Centros Francófonos de Empregabilidade (CEF/CNF).

No artigo “O Programa Francês sem Fronteiras/FsF na UFF e o “FOU Littéraire”: uma experiência a ser compartilhada”, Joice Armani Galli, Júlia Garcia e Pedro Camacho trazem a experiência do programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), mais especificamente o francês, na Universidade Federal Fluminense, problematizando o binômio língua e literatura através da criação de módulos que respondem ao construto teórico-metodológico do FOU Littéraire.

Em “O Inglês em Angola: entre o *Abstract* na Academia e Outras formas de Imperialismo e o *Apartheid* Linguístico”, Tarcísio Ekulica apresenta os diferentes tipos e ambientes de aprendizagens do inglês em Angola, com destaque para a hipervalorização do inglês ante o apartheid linguístico em relação as línguas autóctones, de modo a ser possível observar a concretização do imperialismo linguístico por meio da aprendizagem da língua hipercentral.

O dossiê se encerra com o texto “UFPel’s Internationalization at Home: exploring challenges and outcomes”, de autoria de Helena Vitalina Selbach, Márcia Morales Klee e Eriovan Toledo de Moraes, no qual o conceito de Internacionalização em Casa (IaH) é trabalhado, com o intuito de apresentar cinco iniciativas implementadas na Universidade Universidade Federal de Pelotas de 2021 a 2022, que estão alinhadas com o Plano Estratégico de Internacionalização de UFPel (2018) e com a Política Linguística institucional (2020).

A seção de artigos submetidos em fluxo contínuo começa com “Tecnobiografias na formação de professores de línguas: um estudo sobre letramentos digitais em Roraima”, de Alan Ricardo Costa, Danielle Pimenta da Silva Andrade e Alondra Rafaela Roque González. Os autores analisam 35 narrativas de professores (formados ou em formação) vinculados a cursos de licenciatura em Letras de uma universidade de Roraima, de modo a relacionar as histórias de vida com as experiências voltadas para o uso das tecnologias, a partir de reflexões propostas pela Linguística Aplicada e os estudos de letramentos.

Em “Representações de gênero na literatura infantil: uma análise de contos populares latino-americanos”, Ramon Ferreira Santana e Josefa Risomar Oliveira Santa Rosa investigam as representações de gênero presentes em contos populares latino-americanos, de modo a ser possível verificar como a produção de discursos acerca das representações de gênero é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída na literatura infantil.

No artigo “Da sociedade do costume ao mundo da moda: considerações introdutórias à sociologia da moda”, Gamaliel Da Silva Carreiro estuda a moda como fenômeno sociológico e para isso, a partir do diálogo com o campo da história e da antropologia, contrasta moda e costume. Percebe-se, então, que a moda como fenômeno sociológico só existiu no Ocidente e foi impulsionada pelos processos de secularização, pelo capitalismo e pela liberdade adquirida no contexto da vida urbana moderna.

Logo a seguir, no artigo “Metaliteratura e estranhamento em O Matador, de Patrícia Melo”, Altamir Botoso e Ana Paula Almeida Mendes analisam o romance O matador, de Patrícia Melo, publicado na metade da década de 1990, com foco na peculiaridade dessa criação, já que o narrador, que também é a principal personagem, elabora um livro registrando os assassinatos que comete.

Luiz Eduardo Oliveira, Elaine Maria Santos e Edilsa Mota Santos Bastos, no artigo “Do mestre régio ao professor de primeiras letras: um itinerário do ensino elementar no Brasil (1757-1827)”, esboçam os marcos principais para uma periodização do processo de escolarização dos saberes elementares no Brasil e, para tanto, traçam os percursos do ensino de Primeiras Letras no período colonial, antes e depois das reformas pombalinas, até o momento de sua institucionalização no Império brasileiro, com a Lei de 15 de outubro de 1827.

O artigo “Fotografia como memória: preservação de patrimônio cultural do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo/RS na era digital”, assinado por Mauricio Barth, Giane Pereira, Luis Henrique Rauber e Laura Marcela Ribero Rueda, apresenta um estudo sobre a importância da fotografia como memória na construção e preservação do patrimônio cultural do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL), estabelecendo uma relação entre memória coletiva, cultura local e a proximidade que as redes sociais podem trazer a estes campos de estudo.

Fechamos a nossa edição com o artigo “Tecnologias digitais, história e violência de gênero: mapeamento de mulheres nos cárceres durante a ditadura brasileira”, de autoria de Janaína Cardoso de Mello, Sandro Marcio Drumond Alves Marengo e Rafael de Gois Neto, no qual é apresentado um relato descritivo das agruras da tortura em trajetórias femininas de resistência política à ditadura militar brasileira, enfatizando seu protagonismo como resistência. Com a construção de um hipermapa expresso em diferentes camadas, biografias de militantes femininas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Tocantins, que lutaram contra a ditadura militar, foram catalogadas.

Tenham todo(a)s uma excelente leitura!

